**POLO MOVELEIRO DE ARAPONGAS-PR:
RELAÇÃO ENTRE A TRIBUTAÇÃO E A POSTURA AMBIENTAL DAS
INDÚSTRIAS DE MÓVEIS**

Marcia Regina Gabardo da Câmara

Doutora em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo, professora do Programa de Pós – Graduação em Economia – PPE, concentração em Economia Regional, da Universidade Estadual de Londrina, e-mail mgabardo@uel.br

Irene Domenes Zapparoli

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Pão Paulo, professora do Programa de Pós –Graduação em Economia – PPE, concentração em Economia Regional, da Universidade Estadual de Londrina, coordenadora do Curso de Especialização em Meio Ambiente – UEL, e-mail izapparoli@sercomtel.com.br

Diego Campaner

Economista, graduado na Universidade Estadual de Londrina, e-mail – diegocampaner@hotmail.com

Márcia Gonçalves Pizaia

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e pós-doutorado em Economia Regional pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunto da Universidade Estadual de Londrina e coordenadora do Mestrado em Economia Regional. e-mail economia@uel.br

Resumo

O artigo destaca a importância do uso responsável dos recursos oriundos da tributação na indução de uma postura ambiental responsável nas indústrias de móveis de madeira situadas no pólo moveleiro de Arapongas-PR. O objetivo do artigo é analisar a relação que existe entre tributação e a postura ambiental no processo de produção em indústrias de móveis de madeira situadas no Pólo Moveleiro de Arapongas, município localizado no norte do Paraná. A metodologia empregada envolveu a realização de uma pesquisa de campo a partir da aplicação de questionários com o intuito de identificar no processo produtivo qual o procedimento dos empresários com questões fechadas e abertas frente às questões ambientais e tributárias. A coleta de dados foi realizada por amostragem aleatória em 20 empresas. Os resultados indicaram que os resíduos gerados em maior quantidade, por todas as empresas, são os derivados da madeira, considerados como não perigosos, sendo que a maior parte dos resíduos é recolhida e processada em uma usina de resíduos, à qual as empresas são vinculadas. O artigo conclui que em caso de estímulos tributários, a maioria das empresas utilizaria o benefício para incrementar os investimentos ambientais em suas empresas, reforçando posturas ambientais sustentáveis.

¹ Recebido em 14.07.2009 Aprovado em 30.11.2009. Disponibilizado em 28.04.2010. Avaliado pelo sistema *double blind review*

Palavras-chave: Indústria de móveis; resíduos industriais; tratamento de resíduos; reciclagem; segregação de resíduos

Abstract

The waste generated in wood furniture industries in the city of Arapongas – Brazil - is discussed in the article. The main purpose of this research is to verify the environmental performance of wood furniture industries in the city of Arapongas, north of the state of Paraná, Brazil. The methodology was based on questionnaires, interviews and technical visits with the goal of identifying the manufactured products, the machines and the raw material used in the productive process, as well as the waste products generated, its treatment and destination. The data collection was made by sampling in seventeen furniture companies. The results showed that all these companies generate wood waste in bigger amount than other raw materials. These waste products are not considered hazardous and part of them is collected and processed in a plant of waste, to which the companies are tied. The article concludes that in case of tributary stimuli, the majority of the enterprises would use the benefit to increase the environmental investments in the enterprises, by reinforcing sustainable environmental postures.

Key words: furniture industry, industrial waste, waste treatment, recyclable, waste segregation.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, uma das principais discussões enfrentadas pelos teóricos e as autoridades brasileiras tem sido a influência da carga tributária no desempenho e no comportamento dos agentes econômicos e das empresas. O debate gira ao redor dos custos e benefícios para a sociedade e como esses mesmos recursos que são retirados via tributação poderiam ajudar no crescimento econômico.

As empresas procuram minimizar os custos, de maneira a ter preços competitivos no mercado; ou seja, para manter ou conquistar parcelas de mercado, um gasto inferior com impostos contribuiria para a maior competitividade. A redução de gastos com impostos pode contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos empresariais, garantido uma maior receita e talvez um maior lucro, e via efeito multiplicador afetaria positivamente o faturamento, o emprego e a produção econômica.

A cidade de Arapongas se destaca por ter o maior pólo moveleiro do Paraná e o segundo maior no Brasil representando cerca de 8,7% do PIB das indústrias moveleiras no Brasil. Ela gera cerca de 11.116 empregos diretos e indiretos propiciando um faturamento de cerca de R\$918 milhões de reais em 2006, segundo dados do SIMA (Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas).

Os recursos destinados ao pagamento de impostos governamentais têm se transformado em um impedimento ao desenvolvimento e o crescimento dessas empresas. Acredita-se que parcela dos recursos poderia ser aproveitada na adoção de novas tecnologias ambientais; ou seja, a disseminação de inovações tecnológicas de processo, produto e organizacionais contribuiria para o aumento da produção, do faturamento e do número de empregos gerados na cidade e a sustentabilidade produtiva, em função do efeito em cadeia – multiplicador keynesiano de gastos na economia e de imperativos ambientais na cadeia logística de móveis.

A diminuição no volume de impostos arrecadados deveria se reverter na adoção de tecnologias mais limpas pode contribuir para a crescente competitividade empresarial, em particular das micro e pequenas empresas de Arapongas.

A aplicação de parte dos impostos no investimento para a produção e a inovação ambiental contribuirá para que parcela das 160 indústrias de móveis presentes na cidade possa incrementar a atividade econômica, tornando-se mais eficientes e produtivas e mais inovadoras, conquistando novos mercados para a indústria moveleira araponguense. Os efeitos na economia regional, derivados do multiplicador keynesiano do investimento deverão ser substantivos, impulsionando o setor industrial, o setor de serviços e o comércio regional.

Como tem evoluído a produção moveleira e a arrecadação de impostos em Arapongas? Mediante o uso de políticas públicas seria possível aplicar uma parcela dos recursos arrecadados no estímulo à ampliação da produção, à adoção de inovações de processo, produto, tecnologias limpas e inovações organizacionais? As políticas públicas visam redução dos impostos arrecadados, poderiam contribuir para o incremento da produção local, para a geração de novos empregos e a disseminação de inovações, promovendo o crescimento regional?

O artigo analisa a disposição dos empresários locais em adotar tecnologias ambientalmente corretas a partir de políticas públicas indutoras de inovações ambientais. Adota-se o pressuposto que a redução dos impostos arrecadados nas micro e pequenas empresas permitirão ampliar as vantagens competitivas das empresas moveleiras do parque industrial de Arapongas, permitindo a manutenção do parque industrial já existente, além da expansão através dos investimentos produtivos que deverão ser feitos a partir da entrada desses novos recursos.

O estudo destaca como os impostos são importantes para as empresas, para a administração pública, e os recursos destinados ao poder público pode ser destinada às próprias empresas para ampliar a produção e a disseminação de inovações ambientais, ampliando a competitividade empresarial. As empresas de Arapongas são líderes de custo na indústria moveleira brasileira. Por outro lado, a maioria das empresas brasileiras tem verificado que seus lucros têm sido afetados pelo aumento da arrecadação tributária e muitas vezes o capital de giro e para investimento revela-se escasso e caro, em particular para o micro e pequenas empresas de setores tradicionais. A disponibilidade de recursos adicionais e de menor custo para as empresas pode contribuir para acelerar a produção e o processo de inovação, permitindo a adoção e o desenvolvimento de novas tecnologias e o aprimoramento das tecnologias que já estão disponíveis.

Com este trabalho pretende-se evidenciar como a redução da carga tributária pode ajudar algumas empresas a aumentar os seus recursos destinados a investimentos produtivos e ambientais, aumento o número de empregos, a sustentabilidade da produção e da renda regional, proporcionando a sustentabilidade produtiva. Procurar-se-á destacar o papel do empresário na condução dos negócios e no gerenciamento adequado dos novos recursos.

O estudo de natureza descritiva envolverá duas etapas: uma teórica – focada na revisão de literatura e análise de textos, artigos científicos sobre a questão tributária e a indústria moveleira em Arapongas – e outra empírica. Na segunda parte de natureza empírica, realizar-se-á um estudo de caso, com a elaboração de questionário baseado na revisão da literatura, além da coleta de informações secundárias sobre tributos e indústria moveleira em Arapongas. O estudo adota o método analítico e é de natureza transversal.

Arapongas possui um universo de 157 empresas moveleiras e foram selecionadas 20 empresas de acordo com seu faturamento, tendo na amostra empresas de pequeno, médio e grande porte para que dessa forma se consiga verificar qual o perfil dos empresários presentes na cidade de Arapongas, das vários segmentos retratados no trabalho. Tais firmas fabricam móveis para a sala, móveis de quarto, cozinha e móveis para escritório.

Na metodologia para a identificação da relação entre a carga tributária e o comprometimento com o meio ambiente das empresas moveleiras os dados empíricos foram coletados com questionário. A faixa de faturamento bruto anual de 2007 permitiu classificar as empresas em micro (R\$108.000 a 216.000), pequena (R\$216.001 a 10.500.000), média (R\$10.500.001 a 60.000.000) e grande (acima de R\$ 60.000.001). Este teve como objetivo a obtenção de informações a respeito do comportamento dos empresários sobre a questão ambiental e quais as medidas tomadas nessa questão verificando qual parte do faturamento que se destina para a questão da preservação ambiental.

Especificamente na relação ambiental e o sistema de produção para identificar a quantidade de recursos gastos nas empresas com o tratamento de seus resíduos, a importância que se considera na compra de insumos de empresas ecologicamente corretas, e um pequeno panorama dos principais produtos que precisam ser levados em consideração como poluentes. Nesse sentido foi questionado se utiliza algum material poluente? Qual o material poluente utilizado? Adota procedimentos para preservação do meio ambiente? Esta questão permite múltipla escolha - Não adota, Tratamento dos resíduos, Otimização do consumo de recursos no processo produtivo, Controle, recuperação ou reciclagem das descargas líquidas da atividade industrial, Controle de ruídos e vibrações, Disposição adequada de resíduos sólidos (lixo) da atividade industrial, Mudanças nos procedimentos de estocagem, transporte, manuseio, distribuição e disposição final dos produtos ou materiais perigosos e suas embalagens, Cursos ou treinamento da mão-de-obra para prática dos procedimentos relacionados, Dar preferência a fornecedores e distribuidores que não têm uma imagem ambiental negativa, e outros. E, por último, questionou os empresários sobre Qual é o percentual do faturamento anual utilizado na adoção destes procedimentos?

2 ASPECTOS DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL

A reforma tributária realizada após o golpe militar cria um sistema tributário avançado para a época em questão, tributando principalmente o valor adicionado nas três esferas governamentais sobre os produtos industrializados. Há a redução da tributação cumulativa, que fica restrita aos serviços e a implantação dos impostos únicos sobre os combustíveis, lubrificantes e a energia elétrica. A reforma do imposto de renda também amplia o poder de arrecadação. Após o período de transição manteve-se o nível de arrecadação tributária ao redor de 25% do PIB no final da década de 60 e ao longo de toda a década de 70. (CAVALCANTE, 2005).

Até o ano de 1983, apesar da recessão observada o nível dos impostos se manteve no mesmo patamar dos anos anteriores em relação ao PIB. A partir daí observa-se um declínio das taxas pelo restante da década, tendo o seu ritmo voltando a crescer a partir do governo Collor, quando em 1990 chega à marca 28,8% do PIB. Em 1988, a mudança constitucional contribui para o crescimento da arrecadação real. As significativas transferências de receitas da esfera do governo federal para estados e municípios e as transferências sociais e o processo hiperinflacionário no início dos anos 90 comprometeram as finanças públicas.

Para a implantação bem sucedida do Plano Real na década de 90, houve a necessidade de realizar o equacionamento da crise fiscal do estado. O controle efetivo da inflação exigiu a adoção de medidas que ampliassem as receitas e permitissem o controle de gastos. A adoção do Programa Ação Imediata (PAI) e a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), criaram as condições para o saneamento das contas públicas no período 1994/1995. O controle do principal vilão da corrosão das receitas governamentais

brasileiras, a inflação fez com que houvesse uma grande alavancada na arrecadação no triênio de 1994/1996. (CAVALCANTE, 2005).

A adoção do regime de bandas e a valorização da moeda brasileira o Real, devido à entrada vultosa de recursos no país, via Balança de Capitais e o desequilíbrio da Balança Comercial redundou em uma crise externa e uma crise fiscal em fins de 1998. A adoção de metas inflacionárias e medidas de ajuste fiscal fizeram com que a carga tributária crescesse, alcançando 40% do PIB no ano de 2005. Verifica-se que cerca de 70% dos impostos são arrecadados pela União, sendo que todas as novas receitas foram geradas a partir da criação de contribuições – CPMF, COFINS, PIS/PASEP – e que as receitas geradas não precisam ser divididas com estados e municípios, centralizando os recursos com a União.

O Brasil possui uma carga tributária percentual do PIB similar a dos países industrializados, em particular, à dos países europeus nórdicos que possuem tradição no estado de bem-estar social e com os países oriundos do antigo regime comunista, ou seja, do leste europeu, mas ficando a frente das nações mais ricas como o Japão e os Estados Unidos. (CAVALCANTE, 2005). Sua carga tributária é a mais alta dos países emergentes, com quais se rivaliza no comércio internacional. China, Tailândia e Singapura, por exemplo, apresentam uma carga inferior a 20% do PIB, e a Argentina, país que possui uma das mais altas cargas tributárias, não chega nem a 20% do PIB.

A análise da carga tributária do Brasil e dos países ricos, revela que o país cobra menos impostos em relação à renda, lucros ou ganhos de capital, mas cobra mais imposto sobre bens e serviços. Já na questão das folhas salariais o Brasil cobra menos impostos, sendo relativamente anulado pela questão de ser cobrados impostos pela propriedade do que os países ricos. Outro importante ponto a ser ressaltado é a questão dos impostos sobre transações financeiras. Em relação aos países subdesenvolvidos, o Brasil supera em questão da carga tributária por causa dos impostos sobre bens e serviços, fator que atrapalha a disputa pelo mercado internacional, já que acaba encarecendo os produtos que serão comercializados. (AFONSO, MEIRELLES; 2006).

Segundo Giambiagi e Além (2000), o governo deveria obedecer alguns princípios para que o sistema tributário fosse justo: o “princípio do benefício” e o “princípio da capacidade de pagamento”. Adicionalmente, deve primar pela neutralidade - não gerar distorção na alocação dos recursos arrecadados. Os custos de arrecadação e fiscalização dos impostos não podem apresentar custos administrativos elevados para o exercício pelo governo. O governo deve colocar em prática três funções: a função distributiva, que está associada à distribuição de renda de uma forma mais justa para a sociedade, a função alocativa que diz respeito ao fornecimento de bens públicos para a sociedade e a função estabilizadora que tem por objetivo o uso da política econômica para estabilidade de preços, manterem um alto nível de empregos e a obtenção apropriada da taxa de crescimento da economia.

De acordo com Laffer, há uma estreita relação entre as taxas impositivas, a renda e a produtividade, ou seja, quanto maior a alíquota, menor será o incentivo aos agentes em trabalhar para produzir os bens necessários já que grande parte de sua renda será tomada pelo governo, diminuindo o incentivo ao trabalho. Há um limite às alíquotas de impostos, a partir de um determinado ponto, ela desestimula o nível de produto e de renda e o volume de impostos arrecadados diminui. (CAMPOS, 2004). A curva de Laffer explicita a relação entre arrecadação tributária, alíquotas e estímulo para a produção dos agentes.

A questão tributária no Brasil trouxe profundas implicações para as administrações públicas e demais agentes da economia em questão, mas a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal foi um marco no comportamento do setor público.

No final da década de 90 e início dos anos 2000 começaram a discussão de novas teorias sobre a questão do equilíbrio orçamentário nas três esferas governamentais, mas somente em 2003 foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (MENEZES; TONETO Jr. 2006) O equacionamento da crise externa com o acordo da dívida com os credores externos e a busca da estabilidade macroeconômica e do equacionamento da crise fiscal foram questões que levaram à aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) Contribuíram para a melhoria da estabilidade a alteração do câmbio para o regime de câmbio flexível e a necessária elevação das taxas de juros, em condições de crise.

A mudança para o sistema de metas de inflação foram os principais motivos que levaram a aprovação dessa lei, que tinha como principal objetivo promover a disciplina fiscal por parte dos governos federal, estadual e municipal, de acordo com essa lei os governos foram obrigados a ter uma política de planejamentos mais desenvolvida, tendo influências sobre o Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei de Orçamentária Anual (LOA). (MENEZES; TONETO Jr. , 2006)

Houve uma queda de 1,8% nos gastos em razão da LRF para os municípios, principalmente em referência ao corte das despesas com pessoal, já que a lei restringe a 60% esse tipo de gasto, apesar de que os gastos com despesas e juros representaram um crescimento de 15,2% (MENEZES; TONETTO Jr, 2006). Houve redução de 15,1% nas despesas de capital, de 21,7% das despesas com investimentos e um aumento de 18,5% nos gastos com a amortização.

A lei proporcionou um maior controle sobre as despesas públicas nas três esferas governamentais, permitindo melhor planejar a economia para que possam ser realizados os investimentos necessários em bens públicos como sendo a saúde, a segurança, entre outros.

3 INOVAÇÕES, MEIO AMBIENTE E INDÚSTRIA MOVELEIRA

Segundo Schumpeter (1982), a dinâmica capitalista é movida pela busca da inovação, pois os empresários comercializam novos produtos para capturar rendas monopolistas; logo a transformação industrial, o crescimento e o desenvolvimento econômico dependem da inovação. A “destruição criativa”, processo coordenado pelo empresário - principal agente responsável por formular novas combinações com os insumos disponíveis – leva ao surgimento de novas indústrias e eliminação das tecnologias e indústrias obsoletas e requer recursos para o seu financiamento. Os recursos para a inovação radical proposta por Schumpeter (1982) são criados pelo sistema bancário ou pelo financeiro, gerando impactos inflacionários. Os autores neo-schumpeterianos destacam a importância da inovação incremental, o papel do Sistema Nacional de Inovação e a geração de externalidades positivas que estimulariam o ritmo de inovação, como a troca de informações entre as empresas, promovendo o desenvolvimento de novas tecnologias. (CARDOSO, MORA; 1994).

A promoção da cooperação tem sido a tônica das políticas públicas recentes de forma a instituir redes de produção, de cooperação, redes científicas e redes de inovação tecnológica. A Tríplice Hélice inspirou a ação conjunta de diferentes esferas do governo-universidades e empresas. Baseado nesse tipo de visão, o governo tem disponibilizado um grande aumento nos recursos para o desenvolvimento de projetos em que possam tornar as empresas competitivas e ainda assim sendo responsáveis com relação ao meio ambiente. As multas aplicadas sobre os estabelecimentos que não cumprem a legislação ambiental podem ser reduzidas para 1% do seu valor quando o proprietário se compromete a resolver todos os problemas encontrados, dessa forma a preocupação ambiental, crescente como um favor pode se tornar um diferencial competitivo.

Segundo Cunha, Oliveira e Cunha (2004), o Paraná sofreu significativas mudanças na sua conformação industrial nos anos 90. Os autores apontaram mudanças em vários pólos regionais, destacando-se o madeireiro da região de Guarapuava/Pitanga/Palmas e o moveleiro de Arapongas, como umas das principais produtoras.

A importância das questões ambientais no desenvolvimento adequado de pólos industriais, em particular os madeireiros e moveleiros pode se constituir em um diferencial de preços em relação aos concorrentes. O aproveitamento de resíduos é uma tendência. O CETEC- Arapongas é uma organização entre os empresários moveleiros que conseguiu eliminar as multas ambientais das empresas que compõe a associação, através do auxílio no comportamento dos empresários e ainda o tratamento dos recursos captados pelas empresas em questão, para se conseguir um maior comprometimento dos funcionários com a questão ambiental. Os recursos advindos do CETEC para os funcionários são utilizados na promoção de atividades de lazer e patrocínio de atividades esportivas.

A indústria moveleira vem realizando inovações na busca de menores custos, para aumentar a margem de lucro. A aglomeração dessas indústrias faz com o que haja um processo de aprendizado entre os empresários, para que tomem as decisões mais adequadas aos problemas. As inovações são incrementais, constituindo-se em cópias das tendências internacionais tanto na produção – aquisição de máquinas - quanto no desenvolvimento do design. Segundo Pascoal Filho (2005), 85,2% das empresas moveleiras coloca produtos novos para as empresas, mas são produtos já existentes no mercado.

Somente 40,7% das empresas aderem a novos processos produtivos, sendo que destas empresas 77,8% aderem a tecnologias que já estão presentes no mercado. A maioria das empresas procura utilizarem tecnologias novas, mas apenas parcialmente; logo, as empresas ficam com tecnologias parcialmente defasadas. O setor moveleiro no Brasil é dominado por empresas familiares, que possuem aversão a colocar o capital em risco.

Segundo Marion Filho (2005), a maior parte dos conhecimentos obtidos vem de feiras especializadas no setor, e os investimentos em P&D estão ranqueados em 9º lugar para os empresários, e as consultorias especializadas e as universidades e instituições de pesquisa colocam se respectivamente em 12º e 13º lugar.

4 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES

A preocupação com a questão ambiental e a responsabilidade social e ambiental não é nova, segundo Ashley, Coutinho e Tomei(2000) e Passador, Ferraz e Canopf(2007).

Donaire (1999) destaca que as empresas não devem preocupar-se exclusivamente com a eficiência produtiva privada e a busca pelo lucro, mas devem inserir entre suas preocupações a questão ambiental. Kinlaw(1998) ressalta a importância da sustentabilidade empresarial. Porter e Kramer (2002) relatam a emergência de uma postura empresarial diferenciada, a responsabilidade corporativa ambiental das empresas que surge de maneira induzida e deriva das pressões da sociedade de leis mais rigorosas e da aplicação pelos governos dos instrumentos de política ambiental – comando e controle, econômicos e de comunicação.

Rocha, Silveira, Vanderley e França(2008) destacam a preocupação das empresas com os resultados ambientais e sociais de suas ações. Em alguns casos, as ações ligadas à responsabilidade social e ambiental podem resultar em investimentos que contrariam o interesse corporativo e ganhar total independência. Os autores citam McWilliams, Siegel e Porter(2006) e destacam que as

atividades de RSE (responsabilidade social empresarial) têm sido dimensionadas para incluir a incorporação de características e atributos sociais em produtos e

processos de manufatura, bem como adotar práticas progressivas de gestão de recursos humanos, atingindo altos níveis de performance ambiental através de reciclagem e redução de poluição, o que vai de encontro ao interesse da sociedade.

Os autores também destacam a contribuição de Freeman(1984) que acredita que as atividades de SER são benéficas às empresas porque seus públicos não –financeiros – trabalhadores, consumidores, fornecedores e organizações da sociedade local - apóiam as boas práticas sociais e ambientais das empresas. Em sua pesquisa, Rocha, Silveira, Vanderley e França(2008) identificaram 76 ações de SER envolvendo seis áreas – comunidade, clientes, fornecedores e funcionários, meio ambiente e governo – sendo 10 ações no campo do meio ambiente.

As companhias acordam para a nova realidade e adotam posturas ambientais socialmente responsáveis. Inúmeros estudos de casos na literatura internacional e nacional destacam as mudanças observadas nos últimos anos, segundo Ashley, Coutinho e Tomei(2000).

Segundo Souza(2002), as razões que motivam as empresas a melhorar o desempenho ambiental são o regime regulatório internacional mais exigente em relação à proteção ambiental; a crescente exigências do mercado consumidor de bens e fornecedor de fatores produtivos, à luz do desenvolvimento de cadeias logísticas responsáveis e a disponibilidade de informações acerca dos riscos e danos ambientais. A busca por uma boa reputação, a concorrência, os mercados integrados e exigentes, assim como a pressão da legislação, dos acionistas e investidores.

Hamel e Prahalad (1995) afirmam que conquistam vantagens competitivas ao se anteciparem às mudanças e neste sentido, pode-se imaginar como Sanches(2000), Souza(2002), Coutinho e Macedo-Soares(2002), a gestão ambiental também pode ser imaginada como uma eco-inovação ou vantagem competitiva derivada a ação e gestão ambiental responsável.

A tradição dos estudos ambientais emerge de questões estratégicas das empresas químicas, petroquímicas e siderúrgicas entre outras indústrias, dada a rígida regulamentação nestes setores na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA). As determinantes da implantação de sistemas de gestão ambiental são: a regulamentação, a reputação, a alta gerência, busca por redução de custos e a exigência dos mercados consumidores. Muitos estudos destacam a postura passiva e reativa às regulamentações ambientais. Mas como destacam Ashley, Coutinho e Tomei(2000) e Passador, Ferraz e Canopf(2007), um longo caminho foi trilhado e houve mudanças substantivas na forma como a responsabilidade social e ambiental foi tratada nas organizações e fora delas.

Para Sanches(2000, p.79), as posturas proativas ocorrem após os anos 1990 e sinalizam

a empresa estabelece uma responsabilidade ambiental por processos e produtos que envolve um relacionamento diferente, compartilhado, com fornecedores e consumidores, no que se refere à prevenção da poluição, à minimização dos resíduos e à proteção dos recursos naturais, (...) bem-estar dos trabalhadores, da comunidade e até de gerações futuras. Isso obriga as empresas industriais a usarem horizontes de longo prazo e visões mais amplas de seus processos de desenvolvimento de produto e análise de desempenho. Com isso, requer-se um novo conjunto de valores, incluindo políticas e metas que incorporem a dimensão ambiental na organização.

Ashley, Coutinho e Tomei (2000) destacam a importância da responsabilidade social corporativa como uma necessidade que responde aos clamores da sociedade e dos stakeholders ao longo da própria cadeia produtiva, proporcionando lucros superiores às empresas responsáveis. Passador, Ferraz e Canopf(2007) analisam a publicação

acerca de responsabilidade social no congresso ENANPAD – Encontro dos Centros de Pós-Graduação em Administração – até 2006 e verificam a diversidade de abordagens de responsabilidade social e ambiental que passou de um modismo para uma abordagem centrada em questões associadas a ética e sustentabilidade empresarial de longo prazo, do assistencialismo para a adoção de sistemas de gestão ambiental.

5 A INDÚSTRIA MOVELEIRA EM ARAPONGAS

O parque industrial moveleiro de Arapongas inicia formação a partir da lei nº 654/1966 Prefeitura do Município de Arapongas. A lei incentivou a instalação de novas indústrias e a ampliação das indústrias já existentes. Entre os incentivos destacavam-se a isenção de impostos municipais e a doação de terrenos, fator que modificou a economia araponguense transformando-a em uma cidade industrial em vez de ser dependente da cultura do café. A primeira indústria a se instalar na região foi a Moval.

De acordo IPARDES (2007), Arranjo Produtivo Local de Móveis de Arapongas, as origens da constituição e colonização da cidade reportam à Companhia de Terras Norte do Paraná, pioneira no desbravamento de toda região. O município foi criado com a lei n.º 2 de 10 de outubro de 1947, quando foi desmembrado do município de Rolândia.

A cidade de Arapongas destaca-se tanto no âmbito estadual, quanto no nacional no setor industrial. A cidade destaca-se principalmente o ramo moveleiro, já que é o segundo maior pólo moveleiro do Sul do país. Hoje a cidade tem cerca de 96.669 habitantes, sendo que cerca de 12% da população dependem diretamente ou indiretamente dos empregos gerados por esse setor de acordo com o IBGE superando a média nacional, que está aproximadamente de 8%. O parque moveleiro influencia outros segmentos da cidade, como o comércio e a prestação de serviços, ou seja, todos os setores presentes na economia da cidade.

Segundo o IPARDES, o município de Arapongas encontra-se situado na região que faz parte de Londrina. Segundo o IBGE (2007), a população fica em torno de 98 mil habitantes em uma área de 370 Km² e a participação do setor moveleiro no PIB da cidade chega a aproximadamente 64%.

Segundo o Sima o crescimento da produção no ano de 2006 foi de 17,3%, no ano de 2007 foi de 24% e com uma expectativa de crescimento para o ano de 2008 em torno de 17%, o setor de móveis vem se tornando uma importante escolha de investimento, aumentando mais do que o PIB que em 2006 cresceu cerca de 3,6%, isso se dá de acordo com o sindicato a três mudanças nos últimos anos sendo eles, o aumento do setor imobiliário, o aumento do poder aquisitivo das classes mais baixas e as facilidades de pagamento.

As receitas municipais advêm de alguns impostos e taxas dentre eles se destacam o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ISS (Imposto de sobre Serviço de Qualquer Natureza), com menor participação encontram-se o ITBI (Imposto sobre a Transmissão “inter vivos” de Bens e Imóveis por ato oneroso), as contribuições sobre melhorias e as taxas. A receita é complementada por recursos transferidos pelos Estados e pelo Governo Federal, composto pelo FPM (Fundo de Participação dos Municípios), formado pelos recursos advindos do Imposto de Renda e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) por parte do governo federal, já o governo estadual repassa as cotas do ICMS (Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicações) e o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).

- **Origens da aglomeração industrial de móveis em Arapongas**

Segundo IPARDES (2004) em 1978 surge Associação Profissional das Indústrias da Serraria, Carpintaria, Madeiras Compensadas e Laminadas e da Marcenaria (móveis de madeira) de Arapongas, ou Associação dos Moveleiros de Arapongas. Em 1982, essa associação passa a se denominar Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas (SIMA). Em 1990, a indústria da madeira de mobiliário já representava cerca de 58,3% do total de empregos existentes no ramo industrial de Arapongas, mas a atividade era dispersa sem um foco definido.

Em setembro de 1998 realiza-se uma reunião na cidade de Cornélio Procopio com o objetivo de incrementar a competitividade do setor moveleiro norte paranaense. A proposta era transformar as indústrias moveleiras de Arapongas em um Pólo Moveleiro propriamente dito, para isso são desenvolvidos vários programas para a modernização e o fortalecimento das empresas da região. Entre eles destacam-se o SIMFLOR o qual propõe realizar uma auto-sustentabilidade de matéria-prima para o pólo moveleiro, cedendo mudas para o reflorestamento. Outra importante questão seria a criação do CETEC seria um centro de tecnologia em ação e desenvolvimento sustentável, que se destaca pela recepção, reciclagem dos resíduos produzidos pelo pólo moveleiro de Arapongas, contribuindo para preservação do meio ambiente.

- **Indicadores de desempenho do pólo moveleiro de Arapongas**

De acordo com o plano de desenvolvimento do APL de Móveis de Arapongas de 2006 observa-se na região um ambiente industrial totalmente favorável para o desenvolvimento tecnológico em diversas áreas de conhecimento, dentre eles destacam-se o SENAI/CETMAM, conhecida popularmente como a “Universidade da Madeira”. Essa instituição surge de uma parceria entre o SENAI/PR e o ministério da Economia de Baden-Württemberg – Alemanha. Inicialmente instalada em São José dos Pinhais, visava auxiliares as indústrias da região; entre as suas principais atribuições destacam-se a consultoria técnica e tecnológica que visam o melhoramento no processo produtivo, e a capacitação de mão-de-obra através de cursos de longa duração para as indústrias da cidade. Um dos grandes motivos ao desenvolvimento do SENAI CETMAM na região araponguense é a questão de a produção se caracterizar por uma produção seriada e não mais artesanal.

TABELA 1 - EMPREGO INDUSTRIAL, POR TIPO DE ATIVIDADE, NO APL DE MÓVEIS DE ARAPONGAS - 2004

ATIVIDADE INDUSTRIAL	APL (A)		ARAPONGAS (B)		B/A
	Abs.	Relativo	Abs.	Relativo	
Alimentos e Bebidas	8.273	22,5	2.259	18,1	27,3
Têxtil	1.205	3,3	72	0,6	6
Vestário	6.858	18,7	190	1,5	2,8
Couro	1.269	3,5	116	0,9	9,1
Madeira	519	1,4	267	2,1	51,4
Móveis	9.471	25,8	7.859	63,1	83
Papel e Celulose	361	1,0	120	1,0	33,2
Editorial e Gráfica	510	1,4	119	1,0	23,3
Refino de Petróleo	446	1,2		0,0	0
Química	1.204	3,3	546	4,4	45,3
Borracha e Plástico	1.565	4,3	338	2,7	21,6
Minerais Não-metálicos	544	1,5	138	1,1	25,4
Metalurgia	272	0,7	1	0,0	0,4
Produtos de Metal	2.378	6,5	274	2,2	11,5
Máquinas e Equipamentos	603	1,6	80	0,6	13,3
Material Elétrico	420	1,1	15	0,1	3,6
Material Eletrônico	209	0,6		0,0	0
Instrumentos Médico-hospitalares	7	0,0		0,0	0
Veículos	492	1,3	16	0,1	3,3
Equipamentos de Transporte	96	0,3	38	0,3	39,6
TOTAL	36.702	100,0	12.448	100,0	33,9

FONTE: TEM - RAIS

A tabela 1 apresenta a importância do setor industrial no emprego do município, com destaque das empresas do APL de Móveis, sendo que dos 48,8% dos empregos encontrados estão no setor secundário. (IPARDES, 2006). Na cidade de Arapongas cerca de 52,6% da atividade econômica é gerada principalmente no setor moveleiro; outra estatística que mostra a importância setorial é o emprego industrial - cerca de 36.702 empregos formais e aproximadamente 63% estão presentes nas indústrias moveleiras, sendo que cerca de 83,0% desses empregos do Arranjo Produtivo Local de Móveis estão concentrados na cidade de Arapongas, fica evidente o impacto sobre a dinâmica do mercado de trabalho e demonstra a forte concentração do emprego industrial na fabricação de móveis do município.

A tabela 2 revela os principais ramos da indústria araponguense que apresentam o maior valor adicionado, sendo que os três principais ramos de atividade são responsáveis por cerca de 86,0% do total de valor adicionado, sendo que outro ramo de que se mostra importante seria do ramo de herbicidas graças à indústria Nortox.

As informações demonstradas acima dão uma idéia de que como o setor moveleiro tem uma grande relevância, pois a maior parte dos empregos gerados é fruto da expansão industrial ligada à fabricação de móveis, da mesma forma com que a composição do PIB demonstra a mesma importância.

TABELA 2 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO VALOR ADICIONADO FISCAL DA INDÚSTRIA -

CNAE	ATIVIDADE	%
1556300	Fabricação de Rações para Animais	17,08
2463500	Fabricação de Herbicidas	30,10
3611001	Fabricação de Móveis de Madeira	38,87
	Demais Atividades	14,00
TOTAL		100,00

FONTE: SEFA

Arapongas encontra-se próxima aos centros produtores de matéria-prima; o Paraná apresenta a maior concentração de indústrias de MDF e aglomerado do Brasil. O setor madeireiro vem tendo um desempenho relativamente muito bom nos últimos anos, outro ponto favorável aos araponguenses é o baixo tempo para se repor uma madeira de reflorestamento, que no Paraná chega de 12 a 14 anos, sendo que em países com climas temperados pode chegar a cerca de 50 anos. Mas nos últimos anos o IAP verificou que está ocorrendo um desequilíbrio no mercado madeireiro, pois a taxa de reposição da madeira está inferior a quantidade de corte; leva-se muito em consideração a questão da madeira já que ela representa cerca de 50% do custo do produto acabado.

De acordo com o SIMA, 2007 a indústria moveleira movimenta vários setores da economia dentre eles destacam-se a jusante a indústria madeireira, os insumos, P&D, máquinas e equipamentos e a jusante são compostas por lojas, os distribuidores internacionais e chegando finalmente ao consumidor final.

O faturamento das empresas araponguenses vem evoluindo nos últimos anos, sendo assim o faturamento vem em um crescimento constante, sendo que evidencia o aumento da participação das indústrias araponguenses no mercado moveleiro. Logo, mesmo em anos em que a economia brasileira não cresceu em um ritmo menor, as empresas de móveis vêm aumentando o seu faturamento.

Leonello e Caio (2002) utilizaram a relação entre o faturamento homem/ano e homem/mês para verificar a evolução da produtividade do trabalho. Com isso foi evidenciado que para as empresas de pequeno porte que a relação entre homem/ano foi de R\$ 42.654,55 e homem/mês de R\$ 3.554,55, enquanto para as empresas de médio porte foi de R\$ 71.325,98 e a de homem/mês foi de R\$ 5.943,83, e para as empresas de grande porte foi de R\$ 98.331,18 e a de homem/mês foi de R\$ 6.716,32, tendo em vista que 88,7% da produção é de forma seriada, apenas 10,0% sob medida, e um índice de 1,3% destinado as empresas terceirizadas.

Segundo o SIMA, os móveis produzidos em Arapongas destinam-se em cerca de 92% para atender o mercado consumidor nacional, dividindo-se por região da seguinte maneira, com a região Sudeste (37%), a Sul (24%) e as regiões Norte/Nordeste (27%), tendo apenas 8% da sua produção destinada ao mercado externo. O Paraná representa cerca de 10% das exportações nacionais no total, Arapongas representa cerca de 45% desse total, mas quando se leva em conta a questão dos móveis predominantemente feitos em madeira Arapongas se responsabiliza por 99,6% das exportações paranaense. Ou seja, ainda consegue-se aumentar a participação nas exportações considerando essa indústria como um expensor das divisas nacionais quando se leva em consideração o mercado moveleiro. Os oito maiores importadores importaram cerca de US\$ 25 bilhões e as receitas araponguenses chegaram a cerca de R\$ 75 milhões.

As exportações de móveis de Arapongas nos últimos anos têm apresentado um ritmo acentuado e alto de crescimento, demonstrando que os móveis araponguenses estão conquistando um maior mercado no exterior, sendo que depois de 2002 os níveis foram consideráveis, chegando ao nível de 68,6 milhões de dólares no ano 2006, apesar de que o mercado ainda pode ser altamente explorado trazendo dessa forma uma maior receita para a cidade toda em questão.

A tabela 3 apresenta o destino das exportações araponguenses de móveis de acordo com o país destinatário. Verifica-se que os principais países importadores são: Estados Unidos, França, Reino Unido e Argentina. Um mercado que poderia ser melhor explorado é o MERCOSUL, adicionalmente dada a proximidade geográfica haveria economia nos custos de transporte e o produto trinar-se-ia mais competitivo.

TABELA 3 - Destino das exportações das empresas de móveis de Arapongas, no ano de 2007, em (%)

Países	Exportação (%)
Estados Unidos	33
França	9
Reino Unido	9
Argentina	8
Espanha	4
Outros	37

Fonte: SIMA, (2007)

O principal público alvo das indústrias araponguenses é a classe de baixo poder aquisitivo, ou seja, classe C e D, representando cerca de 92% do consumo, sendo que os indivíduos de médio poder aquisitivo representam 7%, já para a classe A representam apenas cerca de 1% do consumo desses móveis.

O Quadro 1, segundo Campos e outros (2005), apresenta um resumo da caracterização do pólo moveleiro de Arapongas, destacando se a questão de instrução dos empregados demonstram que cerca de 55,86% apresentavam segundo grau incompleto, com 35,7% dos empregados com segundo grau completo e apenas 8,4% possuíam mais de 12 anos de estudo, destaca-se ainda que a maioria dos treinamentos seja realizada no SENAI ou no SEBRAE.

Principais Produtos:	Armários, jogos de quarto, estofados, kits para cozinha (médios e populares)
Normas técnicas administrativas	31,1% utiliza alguma norma técnica (principais: ABNT, ISO 9000)
Normas Técnicas de Produção	93,7% utiliza técnicas de produção (principais: círculo de controle de qualidade, célula de produção e polivalência nos postos de trabalho)
Solução de problemas tecnológicos	29,4% utiliza P&D dentro da própria empresa; 27% serviços de empresas de projeto e consultores nacionais; 17,6% Associações de empresas
Condições atuais dos equipamentos	89% consideram entre atualizados e parcialmente atualizados.
Origem dos equipamentos	42% do próprio estado
Principais obstáculos para o avanço tecnológico	Insuficiência de incentivos fiscais e financeiros Dificuldade de acesso a investimentos financeiros
Principais avanços tecnológicos	Utilização de novas matérias-primas; Utilização de novos processos Utilização de novos equipamentos.
Atualização de mão-de-obra	59,7% do total de funcionários receberam algum tipo de treinamento entre 2002 e 2003
Fontes de informação tecnológica	Feiras e congressos, revistas especializadas, contato com os clientes e contato com outros empresários
Fontes de informação tecnológica	Feiras e congressos, revistas especializadas, contato com os clientes e contato com outros empresários
Formulação de estratégias	Aumento de competitividade, novas exigências dos clientes, elevação dos custos dos insumos básicos e dificuldades de financiamento/altas taxas de juros

FONTE: Camara e outros (2002) apud Campos e outros (2005)

QUADRO 1 – Características do APL de Arapongas (PR), 2002

Segundo Campos e outros (2005) cerca de 95% das empresas moveleiras utilizam alguma forma de melhoramento da sua produtividade, sendo que dentre elas se destacam o círculo de controle de qualidade, célula de produção e a polivalência nos postos de trabalho, ainda vale ressaltar que cerca de 35% das empresas recorrem a algum tipo de consultoria externa, ou pesquisa dentro da própria empresa.

De acordo com Campos e outros (2005) as inovações diagnosticadas foram a utilização de novas matérias-primas e novos processos produtivos, realizando inovações incrementais que tem como principal agente determinador a redução dos custos (47,2%), e a solicitação de clientes do mercado brasileiro (41,5%). As principais dificuldades

demonstradas pelo artigo foram à falta de incentivos fiscais e financeiros, a indisponibilidade de finanças próprias, a instabilidade do mercado e a dificuldade de acessos a institutos financeiros.

Para o desenvolvimento de parque industrial são necessárias novas interações entre as empresas e os fabricantes de insumos para que se possam obter novas tecnologias e diminuir os custos de produção. Para alcançar tal objetivo foi construído um centro de eventos em 1997 com 41 mil metros quadrados, o Expoara realiza algumas das principais feiras do setor dentre elas se destacam a MOVELPAR (Feira de Móveis do Estado do Paraná). Ela se realiza a cada 2 anos, sendo intercalada com a feira de Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul, e a FIQ (Feira Internacional da Qualidade em Máquinas e Acessórios para a Indústria Moveleira) também sendo realizada a cada 2 anos.

6 EVOLUÇÃO DA ARREDAÇÃO DE IMPOSTOS E MEIO AMBIENTE NA CIDADE DE ARAPONGAS

O presente capítulo apresenta a evolução das receitas tributárias araponguenses nos últimos anos, dando a importância a cada imposto em específico, além do que destaca o comportamento dos empresários sobre a questão ambiental, qual a importância, quais são os produtos utilizados pelas empresas, e qual a importância junto ao faturamento que as empresas dão ao meio ambiente.

Na evolução das receitas tributárias de Arapongas, maior representatividade é o ICMS, o qual é repassado pelo Estado; outras receitas importantes são o IPVA e o Fundo de participação do Município, este último é repassado pela União de acordo com a quantidade de pessoas pertencentes a determinado município. As principais receitas do município são advindas de outras esferas governamentais.

Os tributos municipais estão sendo representados são representados principalmente pelo IPTU e ITBI, dentre outras taxas as quais são cobradas pelos serviços oferecidos pela prefeitura, dentre eles a emissão de alvarás e a cobrança de serviços funerários.

Segundo a Prefeitura de Arapongas (2008) as receitas de todos os tributos aumentam nos últimos meses do ano, tendo como o principal mês de faturamento o mês de dezembro, sendo que os primeiros meses do ano demonstram uma significativa queda, isso demonstra uma significativa relação com pólo moveleiro de Arapongas, já que segundo o SIMA o faturamento das empresas moveleiras aumenta com a chegada do final do ano, graças as renda extra causada no final de ano, e as grandes promoções realizadas pelo grande magazine no início do ano comercial e essa defasagem são graças ao período de produção e entrega dos produtos em questão.

A tabela 3 apresenta a evolução da receita de impostos em Arapongas valores correntes, como pode se acompanhar as receitas tributárias é principalmente influenciadas pelo FPM, e o ICMS que representam mais de 70% do orçamento total presente no município, já os tributos de responsabilidade de arrecadação do município o IPTU tem a maior importância.

TABELA 3 - Evolução das Receitas Tributárias de Arapongas, 2000 a 2007 (Em Reais)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
ICMS	8.687.591	9.646.652	11.561.067	12.950.290	14.836.515	19.163.792	23.132.825	24.133.581
DAF	459.234	647.156	813.145	824.372	650.400	750.827	439.809	703.820
SERV. FUN.	98.805	104.979	100.031	106.433	157.430	120.961	105.411	92.759
ISSQN	1.016.649	2.358.038	2.754.805	3.497.757	2.888.242	3.477.116	3.624.592	4.333.397
IPVA	1.603.029	1.671.198	2.007.365	2.326.092	2.664.078	3.159.825	3.853.316	4.736.919
FPM	6.637.291	7.595.688	9.432.797	10.034.638	12.081.958	15.323.905	16.894.036	20.484.219
ALVARÁS	52.454	557.308	676.751	899.380	820.395	811.189	882.648	1.101.842
IPTU	3.300.844	3.372.178	4.463.156	4.647.977	4.858.336	5.452.944	5.598.737	5.845.382
DÍV. ATIVA	637.559	1.352.991	1.604.064	2.255.808	2.458.002	2.859.129	1.620.560	2.070.227

Fonte: Prefeitura Municipal de Arapongas (2008)

A Tabela 3 apresenta a evolução das principais receitas tributárias da cidade, sem contar com o FPM (Fundo de participação dos municípios), e o ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços). As taxas apresentadas abaixo não levam em consideração as taxas de inflação, o imposto de serviços funerários apresentou um crescimento de 153%, já que possuía uma pequena receita orçamentária, o ISSQN obteve um crescimento de 426% no período demonstrado, o repasse de IPVA por parte do governo estadual obteve um crescimento 295%, o maior crescimento está no imposto sobre a questão de ceder alvarás que obteve uma taxa de 2100%, isso demonstram como a indústria moveleira traz outras formas de comércio, obtendo um desenvolvimento maior para toda a cidade, e o IPTU obteve um crescimento 177% demonstrando como houve um aumento nos estabelecimentos na cidade, sendo que esse imposto representa as maiores concessões de crédito para indústrias e comércios se instalarem na cidade.

O crescimento das receitas, sinalizando a dinâmica recente da cidade, estando associada à ampliação das atividades moveleiras presentes na cidade. Sendo que o ICMS obteve um crescimento de cerca de 278% nos últimos 8 anos, já o FPM obteve um crescimento ainda maior de cerca de 308%.

A cidade de Arapongas obteve um crescimento significativo na questão das receitas tributárias. Houve o aumento do número de estabelecimentos comerciais presentes na cidade, isso se deve em grande parte a renda criada pelos estabelecimentos indústrias, através dos lucros e da concessão de empregos, através do multiplicador econômico repassa aos demais setores com o consumo e o investimento em novos estabelecimentos na cidade, o que demonstra que a concessão de isenções em alguns impostos pode demonstrar maior receita em outros.

6.1 MEIO AMBIENTE NA ÓTICA DOS EMPRESÁRIOS DO SETOR MOVELEIRO DE ARAPONGAS

Partindo do princípio se há uma grande necessidade de se conseguir inovações, as quais são exigências da legislação presente no país e dos consumidores, os principais tipos de inovações presentes na indústria moveleira são como descritas acima as inovações incrementais, são as principais a adoção de novas tecnologias na produção para que se dessa forma seja diminuído os custos, a aplicação de novas matérias-primas que desenvolvessem uma maior eficiência na produção e uma menor quantidade em sua utilização e a outra principal questão seria o uso de novas formas de produção que exijam um menor número de pessoas e seja mais rápido na produção, contudo todas essas informações demonstradas acima são de forma incrementais como já foi mencionado no parágrafo.

Contudo os impostos representam um grande dispêndio de recursos das empresas moveleiras de Arapongas, de acordo com o 1º princípio de economia, o qual diz que; existe um tradeoff dentro da economia, isso significa que as empresas são obrigadas a realizar escolhas com esses recursos em questão, ou seja, esses recursos que são destinados aos impostos poderiam ser aplicados em outros setores das fábricas, proporcionando dessa forma uma maior dificuldade para que as empresas invistam em inovações.

Outro ponto o qual deve ser levado em consideração e que o governo mantém as suas contas devido aos impostos, sendo os recursos advindos de tributação vem na sua grande maioria através de ineficiências de mercado, mas também boa parte desses recursos que são advindos de ineficiências são destinados ao pagamento de juros da dívida ao longo do tempo.

De acordo com as entrevistas realizadas nas empresas moveleiras mencionadas conseguiu-se montar um panorama da questão ambiental, colocado no Quadro 2.

PORTE	PERCENTUAL DO FATURAMENTO ADOTADO NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	PROCEDIMENTOS PARA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
PEQUENO PORTE	4%	Disposição adequada de resíduos sólidos (lixo) da atividade industrial
		Mudanças nos procedimentos de estocagem, transporte, manuseio, distribuição e disposição final dos produtos ou materiais perigosos e suas embalagens
MÉDIO PORTE	4,5%	Otimização do consumo de recursos no processo produtivo
		Controle de ruídos e vibrações
		Disposição adequada de resíduos sólidos (lixo) da atividade industrial
		Cursos ou treinamento da mão-de-obra para prática dos procedimentos relacionados
		Dar preferência a fornecedores e distribuidores que não têm uma imagem ambiental negativa
		Parceria com empresas habilitadas pelo IAP para coletas.
GRANDE PORTE	5%	Otimização do consumo de recursos no processo produtivo
		Controle, recuperação ou reciclagem das descargas líquidas da atividade industrial
		Controle de ruídos e vibrações
		Mudanças nos procedimentos de estocagem, transporte, manuseio, distribuição e disposição final dos produtos ou materiais perigosos e suas embalagens
		Cursos ou treinamento da mão-de-obra para prática dos procedimentos relacionados

Fonte: Elaborado pelo autora.

QUADRO 2 – Procedimentos ambientais adotados por empresas selecionadas no APL de Arapongas, Paraná, Brasil, em 2008

De acordo com os empresários presentes no setor moveleiro de Arapongas a questão ambiental é um dos pontos centrais do debate empresarial e várias modificações vêm sendo implantadas nos últimos anos. A grande importância da questão levou à inauguração do CETMAN, destacando a necessidade e a maior importância dada ao tratamento dos resíduos industriais que eram deixados no meio ambiente; com a ação da instituição, maior importância tem sido dada ao tratamento destes, desde os restos de madeira até as sobras de tintas e outros materiais que são muito prejudiciais ao meio ambiente.

Pode-se concluir com as entrevistas as empresas que o âmbito dos empresários vem sendo alterados nos últimos anos, tomando medidas de acordo com as necessidades impostas pelo mercado, para tomar as devidas precauções necessárias para se adequar aos novos procedimentos, e poder concorrer dentro do mercado moderno o qual impõe que as empresas sejam ecologicamente corretas e aprimorando as condições para que as empresas estejam adequadas a entrar nas novas concorrências apresentadas no mercado mundial.

Outra questão que levou a dar maior importância ao meio ambiente foi a concessão certificados ambientais. Os chamados ISO que fazem com que as empresas que possuem um maior preço no mercado, sendo que atualmente se dá muita importância as empresas ecologicamente corretas. Com isso levou-se uma maior adequação das empresas ao padrão exigido por essas entidades, esses foram alguns dos argumentos que fizeram com que os

empresários araponguenses a modificar o panorama dos gastos das suas empresas com essa questão.

O desenvolvimento de uma organização entre os empresários e outras instituições tantos nacionais quanto internacionais fez com que essas empresas criassem novas formas de emprego de seus recursos, como o SENAI-CETMAN que além de fazer o tratamento de resíduos de algumas empresas menores, diminuindo os custos de instalação de centrais de tratamento de resíduos, segue ainda que essa empresa dá algumas lições de como as empresas devem se comportar para que recebam o título de empresa ecologicamente corretas, ou seja, dessa forma consegue ter um preparo para que as indústrias consigam esse diferencial dentro do mercado, de um modo mais barato e eficiente para as pequenas e médias indústrias.

Pode-se notar que as empresas aumentam o número de medidas para a preservação do meio ambiente de acordo com o porte da empresa, ou seja, com o porte das empresas gasta-se mais com o intuito de preservação do meio ambiente, isso se deve principalmente porque com o aumento das empresas alimenta-se a idéia de que se consiga se ganhar uma parte maior do mercado, atualmente uma forma de se conseguir um sobre preço ou uma participação maior da empresa, uma das maneiras mais procuradas para se conseguir esse argumento seria o concedimento de um ISO, um certificado de empresa ecologicamente correta, por isso que conforme modifica o tamanho das empresas se tem uma gama maior de investimentos na parte ambiental.

A questão do faturamento não há uma grande divergência na quantidade gasta por parte das empresas maiores e das empresas menores, já que os investimentos iniciais para se ter um tratamento de resíduos seria necessariamente alto. Contudo, a parte de manutenção e tratamento seria relativamente ao investimento inicial mais baixo, contudo tem-se a questão de que as empresas com maior porte têm uma maior vantagem em ganhos de escala, já que com a estrutura necessariamente pronta o gasto para se tratar um quilograma adicional de resíduo é infinitamente pequeno de acordo com o investimento inicial feito, por isso a pequena diferença entre os gastos perante o faturamento das empresas.

Nota-se nos últimos anos uma diferenciação nos padrões adotados pelas empresas moveleiras de Arapongas. Verifica-se a transformação do pólo moveleiro que possuía um histórico de pólo poluidor, sem responsabilidade social, e que no presente preocupa-se primordialmente em aumentar a participação no desenvolvimento social na cidade, e apoia as inovações ambientais, transformando o pólo moveleiro de Arapongas em pólo industrial ecologicamente correto.

Já na questão industrial o pólo moveleiro de Arapongas vem sendo achatado por grandes conglomerados presentes nas questões das vendas de insumos, como por exemplo, poucas empresas vendedoras dos principais produtos de transformação como as tintas e as chapas de madeira que são os principais insumos das empresas moveleiras. Há oligopólio na venda de insumos e um oligopsonio do outro lado cadeia produtiva, pois há poucas e grandes empresas compradoras de móveis, os grandes atacadistas determinam os preços para as vendas dos produtos. Sendo assim, as empresas moveleiras do APL de Arapongas são pressionadas por ambos os lados com o poder de mercado muito forte para a determinação de preços, o único modo de se conseguir sobreviver no mercado é a redução de custos dentro da própria empresa. A sobrevivência e a busca por lucros estão induzindo à centralização dos capitais e concentração das atividades em um número menor de empresas araponguenses. Ou seja, para continuar tendo vantagens de custo e apresentar economias de escala, espera-se uma crescente onda de concentração industrial e a formação de grandes empresas, em um breve futuro.

Contudo apesar de todas as transformações presentes nas indústrias moveleiras uma maneira de se conseguir se manter no mercado é através do investimento em meio ambiente para que se consiga manter dentro do mercado conseguindo um sobre preço e uma diferenciação das outras do mercado.

O estudo permitiu-se verificar o incremento do crescimento das atividades na região do APL de Arapongas e também identificou um esforço empresarial na busca de equacionar a questão ambiental. Acredita-se que se a esfera municipal e estadual fornecesse estímulo a inovação e a transformação ambiental se aceleraria, fator que garantiria maior espaço para as empresas do APL Moveleiro de Arapongas, dado o crescimento da arrecadação tributária verificado no período analisado.

7 CONCLUSÃO

O presente trabalho permite chegar a algumas conclusões, através das pesquisas feitas dentro do pólo moveleiro, com as entrevistas com os empresários araponguenses, mas também com os estudos feitos sobre as literaturas especializadas no assunto em questão.

Dentre as conclusões propostas destacam-se a questão de que o pólo moveleiro de Arapongas obteve grandes transformações nos últimos 10 anos, principalmente na questão apresentada no trabalho, a questão ambiental, as indústrias passaram de indústrias poluidoras e principalmente pagadoras de multas, para atualmente empresas as quais estão trabalhando no melhoramento das formas de produção, na otimização dos recursos escassos disponíveis, ou seja, passando para empresas com responsabilidade social e deixando de pagar multas, disponibilizando uma maior quantidade de recursos para serem investidos nos negócios.

Outra importante questão que pode ser levantada para a explicação dessa mudança de comportamento por parte dos empresários do setor moveleiro da cidade de Arapongas, como o mercado moveleiro se trata de um mercado muito competitivo onde as empresas precisam sempre estar inovando ou reduzindo custos para que se consiga manter no mercado. A questão ambiental pode ser tratada dessa forma, ou seja, incentivando as empresas a ampliarem os investimentos e dessa forma, conquistarem os certificados ambientais. O incremento nos investimentos e a ampliação de empresas dotadas de certificados ISO permitirão a conquista de novos mercados. As boas práticas ambientais reconhecidas no processo produtivo permitirão às firmas serem reconhecidas como socialmente e ambientalmente responsáveis, recuperando os custos no tratamento dos resíduos e permitindo um crescimento sustentável das unidades empresariais envolvidas. As empresas araponguenses poderão obter um maior preço, ou seja, esses investimentos retornarão para as empresas e a região.

Além das conclusões propostas acima vale ressaltar que o pólo moveleiro de Arapongas vem sofrendo essas alterações graças a alterações provocadas pelo próprio mercado em que as indústrias foram obrigadas a se adaptar, divergências nas legislações ambientais, tanto nacionais, quanto internacionais, para onde essas empresas exportam, em questão ainda se tem o desenvolvimento de novas tecnologias que proporcionaram um aumento de produtividade e uma queda na quantidade de resíduos produzidos, além do que se ressalta em dizer que as empresas araponguenses recebem novas tecnologias de outros, não sendo um pólo desenvolvedor de novas tecnologias.

Também está sendo salientado neste trabalho, contudo essa questão não se enquadra diretamente dentro da alçada abordada, é que as empresas moveleiras vêm provocando uma alteração dentro do mercado nacional, sendo que as empresas maiores estão comprando as empresas de pequeno e médio porte. Ou seja, as empresas líderes em

custos e preços, estão engolindo as outras empresas; já que o mercado é muito competitivo, as empresas menores têm tido dificuldades porque estão cercadas por poucas empresas vendedoras de insumos na fabricação moveleira e por grandes conglomerados vendedores dos produtos, assunto esse que pode contribuir para uma nova pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

Afonso, J.; Meireles, F. *A evolução da carga tributária brasileira*. Disponível em: <http://www.nepp.unicamp.br/cadernos61.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

Ashley, P. A.; Coutinho, R. B. G.; Tomei, P. A. (2000) Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa. In: *Anais Eletrônicos do XXIV Encontro Anual da ANPAD*.

Bezerra, B. (2004). *Caminhos do Desenvolvimento*. SEBRAE, Disponível em: http://www.sebraemg.com.br/geral/VisualizarDestaque.aspx?Cod_destaque=4195. Acesso em: out. 2008.

Campos, Maria F.; Camara, Marcia R. G.; Serrano, M.; Souza, L.G. A . (2005) Desempenho e Competitividade do Arranjo Produtivo Local de Móveis de Araçatuba. In: *Anais da ECOPAR*, Foz do Iguaçu.

Campos, C. A. (2004) *Arranjos Produtivos no Estado do Paraná: O Caso do Município de Cianorte*. Tese de Doutorado. Apresentado como requisito parcial, apresentada ao setor de ciências aplicadas, na Universidade Federal do Paraná.

Cardoso, A.; Mora, E. (1994) *Indústria e espaço urbano: compatibilidades territoriais das beiras*, Relatório final do projeto 19/94 DGOTDU Dinâmicas dos processos produtivos e reprodutivos locais: A mobilidade dos investimentos e o desenvolvimento das cidades médias, CEGC, Coimbra, pp. 193-222.

Cavalcante, L. R. (2005) Sistema Financeiro no Brasil: Uma Breve Análise da sua Evolução. *Análise de Dados*. Bahia.

Cesário, A. C. C. (1981) *Industrialização e pequenos empresários em Londrina*. Londrina:, Grafipar.

Coutinho, R.B.G.; Macedo-Soares, T.D.L.V.A. (2002) Gestão estratégica com responsabilidade social: arcabouço analítico para auxiliar sua implementação em empresas no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, vol.6, n.3, pp. 75-96.

Cunha, K. S.; Oliveira, A. M.; Cunha, C. J.. (2003) Clusters: Novo padrão de especialização da indústria paranaense na década de 90. In: *VI SEMEAD*.

Donaire, D. (1999) *Gestão ambiental na empresa*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Freeman, R.E. (1984) *Strategic Management : a stakeholder approach*. Boston:Pitman.

Giambiagi, F. Além, A. C. (2000) *Finanças Pública*. Rio de janeiro: CAMPUS.

Gorayeb, S. D. (2002) *Políticas para aglomerações setoriais de pequenas empresas: algumas reflexões*. 2002. 195f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas.

Guimarães, Rui A. (1998) *Política industrial e tecnológicas do sistema de inovação*. Oeiras: Celta.

Hamel, G.; Prahalad, C. K. (1995) *Competindo pelo futuro*. Rio de Janeiro: Campus.

Kaminskas, R. (2005) *A Economia da Inovação Periférica : Formação do Padrão Inovativo Brasileiro*: Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas), Unicamp, Campinas.

Kinlaw, D. C. (1997) *Empresa competitiva & ecológica: desempenho sustentado na era ambiental*. São Paulo: Makron Books.

Lemos, C. (2003) *Micro, Pequenas e Médias Empresas no Brasil: Novos Requerimentos de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais*. Rio de Janeiro.

Marco, S. A. (2003) *Novas Abordagens à Promoção das Pequenas Empresas: Um Estudo do Programa Sebrae de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais*. Tese de mestrado apresentada ao departamento de Geografia da Unicamp, Campinas.

Macwilliams, A.; Siegel, D.S.; Wright, P.M. (2006) Corporate Social Responsibility. *Journal of Management Studies*. Vol.43, n.1 , pp, jan.

Menezes, R. T.; Toneto, R. Regras Fiscais no Brasil: A influência da LRF sobre as Categorias de Despesa dos Municípios. (2006) *Planejamento e Políticas Públicas*. No.29, n. 29, PP.7-38.

Pascoal Filho, J. M. (2005) *A Inovação Tecnológica em Arranjos Produtivos Locais: A importância da Localização e das interações entre empresas e instituições*. Curitiba: CORECON, out.

Passador, C.S.; FERRAZ, M.G.L.; CANOPF, L. (2007) Responsabilidade social no ENANPAD. *Alcance - UNIVALI* - Vol. 14 - n.3 p. 469 - 492 - Set / Dez.

Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Móveis da Região de Arapongas, Paraná. Maio 2006

Prochnik, V. (2001) *Cadeias Produtivas na Política de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Apresentado na reunião regional do Sudeste da Conferência Nacional de C&T para inovação, Rio de Janeiro: 17 ago.

Riani, F. (2002) *Economia do Setor Público: uma abordagem Introdutória*. São Paulo: Atlas.

ROCHA,V.A.G.A.Da; SILVEIRA, L.C.; VANDERLEY, L.S.O.; FRANÇA, N.R.C. (2008) Responsabilidade Social Empresarial(SER) e alinhamento estratégico. *RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental*.Vol.2, n0.1, pp.3-18, jan-abr.

Sanches, C.S. (2000) Gestão Ambiental Proativa .*RAE - Revista de Administração de Empresas*, v. 40 n. 1 ,p. 76-87, Jan./Mar.

Schumpeter, J. A. (1982) *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo. Abril Cultural.

Souza, R. S. de. (2002) Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas. *REAd – Edição Especial no.30*, Vol. 8, No. 6, nov-dez.

Varsano, R. (1998) *Uma Análise da Carga Tributária do Brasil*. São Paulo: IPEA.

www.igsa.com.br